



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ¹⁶, DE 2003
(Do Sr. Enivaldo Ribeiro)

Torna inelegíveis os Presidentes de
Assembléias Legislativas ou de Câmaras
Municipais que não se afastarem de seus
cargos seis meses antes do pleito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É introduzida nova alínea *j* no inciso II do art.1º da
Lei Complementar nº 64 de 1990, reiterando as demais:

“Art. 1º

II -

j) Os Presidentes de Assembléias Legislativas e de
Câmaras Municipais que não se afastarem das respectivas
presidências seis meses antes do pleito.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua
publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os Presidentes de Assembléias Legislativas e os
Presidentes de Câmaras Municipais administram cada vez mais verbas maiores



C



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

em consequência dos aumentos das dotações dos Poderes Legislativos Municipais e Estaduais. Por outro lado, o peso crescente na vida política das Casas Legislativas atrai para elas grandes coberturas midiáticas e, por conseguinte, para os seus Presidentes.

O fato de eles poderem usar a máquina do Poder Legislativo e a sua influência na imprensa cria patentes deformações, quando esse uso visa não o prestígio do Poder, mas a ambição eleitoral. Coibir essas deformações de modo peremptório é o objetivo do presente Projeto de Lei Complementar. Acresce que um chefe de Poder Legislativo Municipal ou Estadual deve se colocar com absoluta isenção frente aos seus pares e aos diferentes partidos e facções que têm assento nas Assembléias ou Câmaras Municipais. Isenção que as promoções pessoais ou eleitorais não favorecem. Desse modo, entendo que a desincompatibilização dos Presidentes de Assembléias ou Câmara Municipais é mais uma contribuição para a transparência e para a moralidade de nossas práticas políticas.

À vista do exposto, peço apoio dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas ao presente Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, em de de 2003.


Deputado ENIVALDO RIBEIRO

